



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA:

Uma análise sobre a produção historiográfica do governo Aluizio Alves

Wiara Marinho de Castro

Natal/ RN

2005



Wiara Marinho de Castro



ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA:

Uma análise sobre a produção historiográfica do governo Aluizio Alves

*Monografia apresentada à
disciplina Pesquisa Histórica
II, sob a orientação da
professora Doutora Maria da
Conceição Fraga.*

Natal – 2005

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pelo conforto nas horas mais difíceis e a quem sem dúvida, não seria possível esse trabalho.

Aos meus pais, pelo apoio, compreensão, dedicação e renúncias para que eu chegasse aonde cheguei, muito obrigada por tudo! Ah, o meu “maninho” Wendel, valeu a força e por acreditar em mim!

Aos professores, pela dedicação ao sacerdócio que é ensinar no nosso país onde é tão pouco reconhecida nossa profissão. Pelas lutas do cotidiano, obrigada!

À professora Conceição Fraga, orientadora desse trabalho desde o primeiro momento, obrigada pelas valiosas dicas, pelo bom senso, pelo bom humor, pela disponibilidade, por acreditar que ia dar certo... Muito obrigada professora!

À professora Aurinete Girão, pela carinhosa revisão no tocante à aplicação das normas e da bibliografia, sem dúvida, não é apenas a “tia” mais sim a grande “mãe” de todos nós do curso de História.

Não poderia esquecer dos meus irmãos historiadores, meus companheiros de luta (e foram tantas tão sofridas!!!). Em particular, agradeço a Giginha, Evânia, Kesinha, Wellison (Caicó), Jarbas; que foram sem dúvida muito especiais, compartilhamos tantos momentos difíceis e também tantas alegrias...ufa! São tantas emoções! À TURMA ORIGINAL, obrigada galera pelo companheirismo, vocês são ótimos!

Existem muitas pessoas que colaboraram direta ou indiretamente para a conclusão desse trabalho a todas, muito obrigada de coração: Seu Valdo do Núcleo de Estudos Históricos, pela confiança nos empréstimos; D. Izaura, minha ex-sogra que tantas vezes ficou com minha filha para que pudesse frequentar as aulas; minha filha, Iza Marianna que mesmo se entender minhas ausências, esperava ansiosa minha volta para casa; a Elialdo Chibério da Silva pelo incentivo. Agradeço inclusive àqueles que torceram contra, pois sem querer, me deram mais vontade ainda de vencer. Obrigada!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
1. CAPÍTULO 1 HISTORIOGRAFIA E CENÁRIO DOS ANOS 60	
1.1 O que é analisar historiograficamente?.....	8
1.2 Os anos 1960 no Brasil.....	10
2. CAPÍTULO 2 A CONSTRUÇÃO DOS DISCURSOS SOBRE O GOVERNO ALUÍZIO ALVES	
2.1 A informação e o discurso didático.....	13
2.2 Uma análise crítica: o texto acadêmico.....	16
3. CAPÍTULO 3 OS RELATOS COMO FONTE DA HISTÓRIA	
3.1 Maílde, a professora “subversiva”.....	21
3.2 O policial como vítima da repressão.....	27
CONCLUSÕES	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36

INTRODUÇÃO

O governo Aluizio Alves (1961-1965), foi sem dúvida aquele que trouxe para o Rio Grande do Norte os ventos da modernidade que sopravam no Brasil com mais intensidade a partir dos chamados anos JK (Juscelino Kubitschek, Presidente da República de 1956 a 1961), daí a relevância que o referido governo ocupa no espaço da historiografia potiguar. O que chama a atenção é o modo como as obras que cuidam do governo Aluizio Alves são parecidas, elas formam como que um discurso uniformizador em torno da construção de uma imagem heroicizada do governador; apenas algumas obras aparecem nesse cenário com uma abordagem que destoa das demais, sugerindo uma desconstrução dessa imagem e abrindo um campo para a análise desses discursos e seus autores.

Para desenvolvermos tal análise, faz-se necessário primeiramente entendermos o contexto em que estavam inseridos os acontecimentos que serviram de matéria-prima para a produção historiográfica em estudo: nos anos 60, o Brasil passava por uma séria crise política, agravada pelo conflito ideológico direita versus esquerda, com radicalismo de ambas as partes. Dentro desse contexto, se destacava o antagonismo entre as forças nacionais (comunistas) e as forças conservadoras (entreguistas), com ativa participação de políticos, operários e estudantes. As constantes crises políticas vividas pelo País deixavam profundas marcas principalmente no Nordeste e como consequência do processo de industrialização, cresceram os centros urbanos, e, ao mesmo tempo, aumentava o êxodo rural, com o deslocamento de grande número de famílias para as grandes cidades. Foi sobretudo no processo político que o descontentamento popular se refletiu no Nordeste, com grandes vitórias alcançadas pela oposição no período de 1956 a 1962.

O povo norte-rio-grandense aspirava por se livrar dessa situação difícil e recebeu com entusiasmo a mensagem oposicionista que prometia reformular os processos administrativos, dinamizar a administração pública e criar as condições básicas para iniciar a industrialização, começando dessa forma, o desenvolvimento do Estado. Essa proposta de governo era defendida por um jovem e dinâmico político: Aluizio Alves.

Uma vez candidato, rapidamente assumiu a liderança do seu grupo, organizando uma coligação partidária denominada de “ Cruzada da Esperança”. Nossa pesquisa se remete ainda ao ano de 1960, ano da campanha de Aluízio Alves que se desenvolveu num clima de grande agitação e chegou mesmo a movimentar uma espécie de paixão política de modo tal, que não há dúvidas ser o ex-governador o maior expoente do populismo aqui no Estado.

Iniciamos o trabalho elucidando o que seria uma análise historiográfica. Para isso utilizamos o conceito de Michel de Certeau, segundo o qual devemos conectar o discurso produzido com o autor e o contexto no qual este está ou estava inserido; é entender o porquê desse discurso e no nosso caso específico, é também perceber a imagem que é construída do governador a partir de tal narrativa. Trabalhamos ainda com o conceito de Pollak sobre memórias subterrâneas que muito vem a esclarecer como lidar com as memórias traumáticas: são lembranças que não são esquecidas, ao contrário, ficam guardadas esperando o momento certo de serem reveladas.

A pesquisa reconhece três tipos gerais na construção dos discursos referentes ao governo de Aluízio Alves: o discurso didático, o discurso acadêmico e o discurso baseado em fonte oral. Tendo por base a produção historiográfica, procuramos analisar quais os acontecimentos políticos que permitiram Aluízio Alves vivenciar um governo que vai do apoio popular a um cenário de perseguições políticas; identificamos ainda que imagens desse governo aparecem no discurso didático e no discurso acadêmico; por fim, investigamos as obras produzidas a partir de relatos de vítimas de perseguição política nos anos 1960 aqui no Estado.

O primeiro deles, o discurso didático, está mais ligado à função de informar sobre os acontecimentos da época, não se detendo em uma análise muito profunda até mesmo pelo volume de conteúdos que aborda. Escolhemos para ilustrar essa categoria de discurso, o livro de Marlene da Silva Mariz e Luiz Eduardo Brandão Suassuna *História do Rio Grande do Norte contemporâneo (1934 – 1990)* que abrange Estado, Evolução Política, Social e Econômica . A obra nos informa sobre os principais pontos do governo Alves, faz referência à campanha de 1960, ao acordo feito com a “Aliança para o Progresso” , ao apoio do governador aos militares e à cassação do seu mandato em

1969, não se detendo às perseguições promovidas pelo governador antes e depois do golpe de 64.

No segundo discurso, o acadêmico, estudamos a dissertação de mestrado de Justina Iva de Araújo Silva sobre o movimento estudantil aqui no Estado na década de 1960, mais precisamente de 1960 a 1969. Chamamos o texto para o nosso estudo, pelo modo que Justina Iva retrata o governo Aluizio Alves “pródigo em repressões a manifestações coletivas” antes mesmo do respaldo militar em 1964. A autora mostra em seu estudo, como o governador reprimira severamente o movimento dos estudantes universitários no Estado, particularmente em Natal.

Por fim, para ilustrar o discurso construído a partir dos relatos analisamos duas obras: *1964. Aconteceu em abril* de Maílde Pinto Galvão e *Cicatrices* de Júlio Ribeiro da Rocha. Ambos mostram como foram perseguidos pelo governo vigente; no primeiro caso a perseguição se deu pelo governo julgar o ato de disseminar o conhecimento como sendo uma ação subversiva. Foram presas várias pessoas ligadas a movimentos esquerdistas ou aqueles que nem sabiam porquê estavam sendo presas. No segundo caso, trata-se do relato de um sargento vítima, juntamente com toda a corporação da Polícia Militar, da repressão ao movimento grevista dos policiais em 1963, e posteriormente perseguido pelo governador no exercício da sua função.

Reforçando o interesse em se analisar as obras que tratam do governo Aluizio Alves, percebemos que poucas pessoas sabem de sua valiosa colaboração com o regime militar e antes mesmo da instauração desse regime no País, o governador já reprimia severamente manifestações coletivas contra sua administração como o movimento estudantil ou ainda a greve dos policiais militares do Estado em 1963. A tendência em se repetir o discurso dos vencedores faz com que acontecimentos como estes ganhem pouca relevância e que por isso não cheguem ao conhecimento popular.

O tema a ser estudado foi pouco explorado pelos historiadores, o que me motivou a realizá-lo e o vejo como sendo de relevância para a História do Rio Grande do Norte e de grande utilidade para consultas e pesquisas de faculdade e da sociedade em geral.

CAPÍTULO 1 – HISTORIOGRAFIA E CENÁRIO DOS ANOS 60

1.1 O que é analisar historiograficamente?

Analisar historiograficamente significa conectar o lugar de produção dos documentos, a instituição que a organizou e a conjuntura social, econômica e cultural, na qual os responsáveis pelos discursos estão inseridos. São estas referências fundamentais, pois através delas é possível reconhecer como tal obra foi produzida, em que contexto estavam inseridos seus autores, quais as idéias vigentes naquela época, como e para quem se escrevia naquela época, como se utilizava desse recurso para expressar os pensamentos, algumas vezes inconfessados e reprimidos dos discursos históricos. A partir destas referências se começa a produzir uma nova interpretação, novas visões sobre o que já foi produzido e assim juntar o novo com o que já existe e preencher através da escrita os espaços deixados no decorrer das produções históricas (CERTEAU, 1982).

No conjunto da historiografia norte-riograndense, o governo de Aluizio Alves é um capítulo de destaque que tem um número significativo de obras. São estas em sua maioria, narrações que trazem até nós o despontar do Rio Grande do Norte no caminho da modernização, já que até o início do mandato de Aluizio Alves em 1961, o Estado vivia em profundo atraso diante dos outros Estados do Brasil, principalmente no eixo Sudeste-Sul.

Com a intenção de modificar o panorama do Estado e de guiá-lo no caminho do desenvolvimento, segundo suas idéias próprias de modernização, Aluizio Alves no entanto não intencionava reconstruir-lhe as bases políticas, não manifestava insatisfação com a estrutura oligárquica do Rio Grande do Norte. Apenas na sua campanha para governador é que apresenta um discurso sem compromisso com o passado e com as

“inadequadas estruturas tradicionais, ressaltando o pragmatismo de seu nacionalismo, dizendo-o sem nenhum toque ideológico [...] Aluizio Alves repetiu enfaticamente que era um líder que desejava trazer mudanças. A sua propaganda política está enevada de propostas mudancistas, como “assistência e cuidado ao agricultor”, “melhores salários pro trabalhador”, “energia de Paulo

Afonso, industrialização”, “Viver não é mendigar pão aos poderosos. Viver é produzir e usufruir os bens morais e materiais que o trabalho assegura”, “Prosperidade para o campo e para a cidade”, “Trazer indústrias para o Rio Grande do Norte significa trazer emprego para o povo” (TRINDADE,2004).

Tendo por base o conceito de Certeau sobre análise historiográfica, onde se deve reconhecer o contexto no qual tal discurso está inserido, as lembranças dos responsáveis pelo mesmo tomam um lugar privilegiado haja vista que revelam sua relação com o objeto de estudo, no caso o governo de Aluizio Alves. Ainda que o discurso do historiador deva ser imparcial, suas convicções dificilmente serão suprimidas em sua totalidade e se deixam transparecer nas entrelinhas de sua narrativa. É possível ainda que tais obras *não queiram ser* imparciais, ao contrário, têm um objetivo explícito e usam um discurso bem específico para essa finalidade.

Para além das obras que engrandecem a figura de Aluizio Alves, alguns discursos aparecem como que desconstruindo a imagem heroicizada do governador e esclarecendo alguns pontos que a maior parte da produção historiográfica não contempla.

Segundo Michael Pollak (1992) esses discursos são “memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas se opõem à “memória oficial”, no caso a “memória nacional” que é construída pelos vencedores que geralmente ocupam o poder. São narrativas daqueles que sofreram algum tipo de repressão e que apenas recentemente vieram a público, apesar dos vinte anos que marcam o fim do regime militar em nosso país, mais que ainda guardam o receio de se falar no assunto por se tratar de lembranças doloridas ou por medo de algum tipo de represália. Pollak mais adiante, na sua obra Memória, Esquecimento, Silêncio nos esclarece o porquê desse receio:

“O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizade, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas.” (POLLAK,1992)

Além do conceito de memórias subterrâneas de Pollak, vamos elucidar outros estudos sobre memória que ajudarão no nosso trabalho. Para esse campo de estudo que abordamos não utilizaremos a opinião de H. Bergson quando defende que a memória é portadora de um passado que uma vez vivido, fica conservado, aprisionado sem sofrer alterações advindas das experiências vivenciadas pelo indivíduo. Segundo ele (Bergson) o passado conserva-se intocado.

Já para Maurice Halbwachs, a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão, enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referências peculiares a esse indivíduo. Ao concordar com o autor, fazemos a articulação desse conceito com de Certeau sobre analisar historiograficamente e percebemos que a historiografia está de fato intimamente ligada com seu local de produção e com a memória do indivíduo que a produz, uma vez que, obviamente, o discurso não se produz por si só. Ainda segundo Halbwachs o discurso quando invoca o passado, o faz segundo a conjuntura atual que quem o está invocando, produzindo ou ainda reproduzindo: “lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado” (HALBWACHS,1990).

1.2 Os anos 1960 no Brasil

O Brasil dos anos 1960, foi marcado pelo acirramento das tensões entre direita e esquerda. Com a Revolução Cubana em 1959, os Estados Unidos ficaram em alerta máximo em relação aos outros países da América Latina e apertaram ainda mais o cerco contra as idéias socialistas, intensificando as “parcerias” com esses países. No Brasil, com a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, legalmente quem assumiria o cargo seria o vice-presidente João Goulart que estava em uma missão comercial na República Popular da China. Sua ausência favoreceu a oposição que queria se ver livres de um governo polêmico. O Congresso nomeou como presidente provisório Ranieri Mazzili causando uma onda de protestos e uma campanha pela legalidade iniciada por Leonel Brizola, à época governador



do Rio Grande do Sul. Assim sendo, João Goulart assume legalmente em 1º de setembro de 1961, porém com seus poderes diminuídos graças a uma manobra do Congresso Nacional que mudara o regime de governo de presidencialista para parlamentarista e tinha como primeiro-ministro Tancredo Neves, um ex-ministro do último governo de Getúlio Vargas. Não obstante, o novo regime não intimidou Jango que tentou implementar as reformas de base ou estruturais. Em linhas gerais, essas reformas consistiam numa modificação radical na política sindical, na estrutura educacional e bancária, nos sistemas eleitoral e tributário, bem como no sistema de distribuição de terras (reforma agrária).

Essas mudanças porém, não gozavam de unanimidade no conjunto social e eram vistas com desconfiança pela elite que por sua vez, já articulava nos bastidores, uma maneira de barrar as idéias reformistas de Jango o que culminaria mais tarde no golpe de Estado que levaria ao poder os militares em 1964.

As propostas de mudança apresentadas por Jango de certo modo faziam parte dos regimes populistas que se espalharam na América Latina principalmente depois da Segunda Guerra Mundial. No Brasil já se nota o germe desse fenômeno com a administração de Vargas “o pai dos pobres” que com habilidade buscou apoio junto à burguesia industrial e ao operariado urbano e ainda com alguns grupos das oligarquias rurais. Estimulou a indústria gerando empregos e protegendo os trabalhadores, elevou a uma situação de importância grupos antes marginalizados; com autoridade, porém habilmente, administrou um país de onde seria mais tarde um mito. Para que Vargas se transformasse numa figura com *status* mitológico, algumas condições foram historicamente fundamentais: a existência, desde o início, de uma República repleta de vícios e erros o que gerava uma democracia debilitada; um povo em maioria analfabeto e carente de líderes que lhes passassem a confiança de melhores condições de vida.

Os governos populistas procuraram manipular as massas através de propostas que vinham ao encontro de seus interesses tais como: reforma agrária, reformas sociais e políticas e modernização das estruturas econômicas do Estado.

“Embora esteja diretamente ligado à estrutura social urbana, o populismo se apresenta também na zona rural para os que não são proprietários e parece ser a tática ideal para a adequação do

contexto coronelista às circunstâncias da nova conjuntura” (MARIZ;SUASSUNA,2001,p.75).

Aqui no Rio Grande do Norte,o maior exemplo de líder populista foi Aluizio Alves. Seguindo o modelo do populismo,candidatou-se ao governo do Estado apoiado por forças opositoristas (mais isso porque não conseguira apoio dentro de seu partido de origem que era a União Democrática Nacional –UDN- caracterizado por idéias conservadoras) e prometendo colocar no Estado no caminho da modernização. Com seus discursos inflamados, comovia as multidões e as convencia de que era de fato, o candidato da mudança. A verdade era que suas convicções eram modernizadoras, revolucionárias porém, não, principalmente no que se refere aos mecanismos de manutenção do poder, estas continuavam sem mudanças e ligadas à estrutura de poder das oligarquias. Isto se pode observar na posição do governador quando da instauração do regime militar: sendo um líder populista, “deveria pôr-se ao lado do povo” porém querendo resguardar seu cargo, solidarizou-se com os militares o que aliás, foi a atitude de muitos outros governantes do País, e apoiou veementemente o novo regime.

Não obstante, ao conceder direitos, ainda que de cima para baixo, e ao promover mudanças para o povo e modernizar as estruturas, os regimes populares como o de Aluizio Alves impulsionaram algumas reformas; por isso sua imagem heroicizada permanece ainda tão forte na lembrança do povo potiguar.

CAPÍTULO 2 – A CONSTRUÇÃO DOS DISCURSOS SOBRE O GOVERNO ALUÍZIO ALVES

A construção dos discursos sobre o governo de Aluizio Alves obedece em linhas gerais a três tipos de narrativas: uma de conteúdo didático, ou seja, mais voltado para a função informativa; outra de caráter analítico onde caberiam os trabalhos acadêmicos e ainda uma narrativa de depoimentos de pessoas que foram vítimas de perseguição política, de forma mais intensa a partir do ano de 1964, quando se iniciou no Brasil o período militar.

Identificando esses três tipos de discursos, vamos analisar os dois primeiros: o didático e acadêmico, respectivamente.

2.1 A informação e o discurso didático

Como escassas são as obras didáticas que cuidam da História do Rio Grande do Norte, e menos ainda as que alcançam o período dos anos 60, elegemos o livro *História do Rio Grande do Norte – contemporâneo (1934-1990)* dos professores Marlene da Silva Mariz e Luiz Eduardo Brandão Suassuna, que engloba Estado, Evolução Política, Social e Econômica.

Tendo em vista sua função didática de como eleger a melhor forma de orientar e dirigir os conteúdos visando a uma aprendizagem mais eficaz e ainda a grande quantidade de temas que engloba um livro didático, não seria prioridade o aprofundamento dos conteúdos cabendo essa característica aos estudos mais específicos.

Na obra citada, os autores desenvolvem o quadro geral vigente no país e no estado anterior a 1964: a representação política que se dispunha em dois grandes campos: um, progressista composto por vários segmentos favoráveis às mudanças previstas pelo governo de João Goulart como a reforma agrária; outro, conservador, onde se agrupava a elite econômica, a alta patente militar, a Igreja Católica e outros setores da classe média.

“Temerosos das reformas que certamente afetariam seus privilégios, esses grupos classificavam as mudanças como comunistas e subversivas”(MARIZ; SUASSUNA,2001,p. 104). Ressaltam ainda a política de “internacionalização do capital” adotada pelo regime militar, mas que antes do golpe de Estado de 1964, já era utilizada aqui no Rio Grande do Norte pelo então governador Aluízio Alves através dos recursos da “Aliança para o Progresso” que consistia em acordo feito entre os Estados Unidos da América e o Brasil em que o primeiro enviaria verbas para o desenvolvimento do Nordeste mediante o combate ao comunismo por parte do segundo.

Desde a Revolução Russa de 1917, e mais tarde com a consolidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o socialismo vai se tornando cada vez mais um inimigo a ser combatido pelos EUA que sentia sua hegemonia, conquistada desde a Primeira Guerra, ameaçada pelo novo regime que atraía o povo e se espalhava pela Europa e Ásia; daí a importância em se fazer acordos como a “Aliança para o Progresso” onde se garantiriam bases de apoio aos EUA. Mais que financeiramente, era necessária uma formação de consciências que bloqueasse de modo mais eficaz ação socialista. Sendo assim, a política neo-imperialista encabeçada pelos Estados Unidos os levaram a formar ideologicamente as elites e a partir delas, a população de vários países da América Central e do Sul contra as idéias socialistas que circulavam em nível mundial e que tinham em Cuba seu principal pólo irradiador. Mais que propagar as “idéias vermelhas” em discurso, a ilha de Fidel e Che Guevara era o exemplo vivo e bem sucedido de que a Revolução era possível e esse fato consistia em uma ameaça real e próxima aos EUA; daí o interesse em financiar bases que propagassem a ideologia capitalista da modernização e da qualidade de vida.

Ora, a modernização e uma qualidade de vida melhor estavam nas promessas de Aluízio Alves porém essas se chocavam com as dificuldades econômicas enfrentadas pelo Estado, assim ficava difícil de investir em modernização – que custava caro – com déficit nas finanças do governo. A solução encontrada foi aceitar (de bom grado, diga-se de passagem) o dinheiro da “Aliança para o Progresso” que deixaria o governador numa posição bastante confortável diante da população, visto que estava honrando seus compromissos eleitorais. Sobre o desenvolvimento alcançado no Rio Grande do Norte a partir da década de 60, nos escreve os autores:

“O resultado pode ser visto no desenvolvimento do Estado da década de 60 aos anos 80, através do registro do grande número de cidades iluminadas com a energia de Paulo Afonso, da expansão das telecomunicações, se estendendo por toda a região, promovendo a articulação dos centros urbanos aos pólos produtores e agilizando os negócios, como também o crescimento das rodovias estaduais asfaltadas, etc” (MARIZ;SUASSUNA,2001p.107).

Essa política modernizadora que caracterizou o governo de Aluizio Alves mediante o apoio norte-americano, ocasionou o rompimento político com um dos seus maiores aliados na campanha eleitoral de 1960, o então prefeito de Natal Djalma Maranhão que sendo declaradamente simpatizante das idéias nacionalistas de Jango, não podia aprovar os acordos com a Aliança para o Progresso.

A respeito do governo de Aluizio Alves propriamente, pouca relevância é dada na obra em análise. Os autores informam que com a deflagração e a consolidação do golpe de 64, o “Rio Grande do Norte, governado por Aluizio Alves, incluía-se no modelo político de desenvolvimento para o Nordeste, planejado pelo novo regime, que enfatizava a industrialização”(MARIZ;SUASSUNA,2001,p.106).

A obra não faz citação alguma sobre as manifestações de apoio do governador ao novo regime como notas divulgadas pelos jornais principalmente pela “Tribuna do Norte” ou ainda ao grande ato público das famílias potiguares, da Igreja e do poder público em solidariedade aos militares. Na verdade, cita palidamente (em um único parágrafo) a atuação do regime militar aqui no Rio Grande do Norte:

“[...] pode-se dizer que o movimento militar de 64 entre outras repercussões, manifestou-se no Rio Grande do Norte pelo número de cassações e perseguições políticas a estudantes, intelectuais e políticos, entre os quais Luís Maranhão, que desapareceu por essa época, assim como muitos outros”(MARIZ;SUASSUNA,2001,p.108).

Não obstante, a obra não passa despercebida em relação à cassação dos direitos políticos de Aluizio pelos militares em 1969, através do AI-5. A motivação para tal atitude segundo Sérgio Luiz Bezerra Trindade, advinha da necessidade de :

“depuração da vida pública e, para isso, deveriam ser afastados os esquerdistas e os populistas de esquerda ou de direita [...] depurar a vida pública brasileira era, naquele momento, afastar os populistas bem votados, aqueles que seduziam as massas incapacitadas para votar, os demagogos”(TRINDADE.2004,p.232-233).

Bem, por se tratar de um livro de cunho didático, História do Rio Grande do Norte contemporâneo apresenta uma visão bem geral dos conteúdos que aborda, nos dando uma idéia dos fatos mais importantes que aconteceram no Rio Grande do Norte desde 1934 até 1990. O trabalho dos autores vem a melhorar a deficiência em obras que tratam da História do nosso Estado, abrindo um campo de estudo para aqueles historiadores que desejam se aprofundar sobre os acontecimentos potiguares, um assunto tão vasto e ainda tão pouco explorado.

2.2 Uma análise crítica: o texto acadêmico

Essa segunda categoria de discurso sobre o governo Aluízio Alves traz uma abordagem mais minuciosa, própria dos textos acadêmicos que são mais específicos e buscam responder a questionamentos que podem clarificar pontos poucos evidentes sobre o referido governo.

O texto em estudo é o livro baseado na dissertação de mestrado de Justina Iva de Araújo Silva defendida em 1987, no Departamento de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A obra, impressa em 1989, está sob o título: *Estudantes e Política Estudo de um movimento (RN 1960-1969)*. Nela, a autora estuda a atuação do movimento estudantil universitário junto à política local, o que torna o trabalho diferente de outros que abordam o movimento estudantil no Brasil, pois estes o fazem sob o enfoque do eixo Rio - São Paulo limitando o caráter nacional do movimento. Justina Iva trabalha em sua dissertação como os estudantes saem da atmosfera puramente universitária para atuar nas ruas, reivindicando direitos, participando ativamente na política local e apoiando causas de

cunho social como a *Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler* segundo o método do educador Paulo Freire e levada à frente pelo prefeito Djalma Maranhão; aborda ainda o comportamento do Movimento Estudantil a partir de 1964, quando os militares tomaram o poder no Brasil. O que nos direcionou ao trabalho de Justina Iva foi o modo como ela retratou o governo Aluizio Alves, apresentando aspectos relevantes para a nossa pesquisa.

Segundo a autora, tão logo tomou posse, o líder populista “se revelou autoritário e repressivo, tendo por isso, perdido o apoio dos estudantes que participaram da frente nacionalista”(SILVA,1989,p.67). Na verdade, essa face autoritária de Aluizio Alves ficou camuflada sob seu discurso esquerdista durante a campanha para governador, haja vista que, sendo um político dos quadros da União Democrática Nacional, a UDN, ele não mudaria suas posições ideológicas tão repentinamente como aconteceu, mais o que estava em jogo naquele momento, era o apoio à sua candidatura e a sua possível eleição para o governo do Estado. Era necessário e urgente fazer alianças que lhe dessem sustentação e que o legitimassem como o candidato da mudança. O quadro para que Aluizio Alves se lançasse a tal proeza era extremamente favorável, pois o país vivia uma crise nos campos político - econômico -social e o povo estava ansioso por mudanças. A solução foi aliar-se à frente nacionalista.

A frente nacionalista era uma aliança de oposição ou seja, de esquerda, formada pelo Partido Social Democrático (PSD), pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Trabalhista Nacional (PTN), apoiado ainda por outras forças de esquerda.

Sendo assim, a coligação denominada “Cruzada da Esperança” que apoiou Aluizio Alves em sua candidatura ao governo do Estado aproximava-se do nacionalismo do Presidente da República João Goulart e afastava-se dos ideais da União Democrática Nacional a UDN, partido original de Aluizio com características de direita.

Enfrentando divergências políticas dentro da UDN que estava sob a liderança de Dinarte Mariz, e não encontrando apoio para sua escalada ao governo, Aluizio Alves busca aliança com a oposição transformando-se no porta-voz do povo, no cavaleiro da esperança sem contudo, romper em definitivo com a ideologia da direita. Professava um discurso nacionalista, mas se conservava nos ideais udenistas.

Tanto o era, que, menos de um mês de empossado governador sua face autoritária e repressiva aos movimentos de contestação se fez notar numa repressão à realização de um trote estudantil da Faculdade de Direito em fevereiro de 1961.

A dissolução da referida manifestação se deu porque o governo soube que o trote tinha cartazes com críticas severas ao governo estadual. O governador mandou o seu Secretário de Segurança, o capitão Manoel Leão procurar o diretor da Faculdade de Direito, dr. Otto Guerra pedindo-lhe que censurasse os cartazes, mas obteve como resposta que não cabia a ele (o diretor da instituição) fazer tal censura, e sim aos estudantes e solicitou um termo de compromisso de não invasão da faculdade. Não conseguindo impedir a manifestação em seu lugar de origem, reprimiu-a na rua com violência desnecessária a um trote estudantil. Daí depreende-se que o autoritarismo, que é uma das faces da administração *aluizista*, manifestou-se antes mesmo do respaldo militar com o golpe de 64.

“Saindo às 11:30 h da Faculdade de Direito na Ribeira, o trote dirigia-se para cidade alta quando, na altura dos escritórios da Força e Luz, na av. Junqueira Aires, os estudantes foram cercados por diversos carros da polícia, conduzindo cerca de 60 policiais, comandados pelo capitão Manoel Leão e que tinha ordem de impedir o prosseguimento da passeata. Imediatamente, passaram a rasgar os cartazes, gerando correria e confusão” (SILVA,1989,p.67).

Justina Iva informa ainda que

“os estudantes não foram os únicos a serem reprimidos por Aluizio Alves. Pródigo em repressões a manifestações coletivas, suas ações nesse campo atingiram a outros setores da sociedade norte-rio-grandense, destacando-se os trabalhadores da construção civil e a Polícia Militar do Rio Grande do Norte” (SILVA,1989,p.69).

Aluizio Alves como tantos outros políticos, elabora um discurso para a campanha ~~que muitas~~ vezes destoa com sua administração. O apoio que recebera em 1960, foi dissolvendo-se à medida que seus atos administrativos atendiam a outros interesses. Os recursos advindos da Aliança para o Progresso sem dúvida consolidaram a promessa de

Aluizio em campanha, que seria modernizar o Rio Grande do Norte, não importando se o recurso para tal empreitada fosse nacional ou estrangeiro.

Combatendo em “duas frentes” que eram modernizar as arcaicas estruturas econômicas nordestinas e barrar a “ameaça vermelha” que pretendia instalar o novo regime socialista no país, a Aliança para o Progresso de fato, trouxe modernidade para o Estado. Com programas de educação e habitação popular, o governo previa a construção de 1000 salas de aula no Estado, dos Institutos Churchill e Kennedy e o treinamento de 4000 professores e em relação à habitação, concretizou-se um dos símbolos da campanha, o conjunto habitacional Cidade da Esperança.

Com a implementação das Telecomunicações do Rio Grande do Norte (TELERN) no setor das telecomunicações e da Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte (COSERN) que trazia energia de Paulo Afonso, a circulação das informações tornou-se mais ágil, “diminuindo a dependência política da população rural norte-rio-grandense. Em suma, trouxe o moderno” (TRINDADE,2004,p.204).

Mas, o que seria *o moderno*? Entender a modernidade como um rompimento com o passado é uma visão geral que temos do seu significado. É como se para ser moderno, se precisasse “esquecer o passado”, contrapor o novo ao antigo desprezando esse último e construir o presente sem considerar o que já feito. Porém com a exaltação do novo, fica cada vez mais difícil de distinguir com clareza, a profundidade das mudanças e perceber muitas vezes que o novo apenas esconde o velho.

A implementação e o aprimoramento da indústria foi feito de modo tal que não houvesse esquecimento do setor rural ainda que modernizado nas velhas oligarquias; afinal mesmo perdendo força, as oligarquias rurais ainda tinham influência em seu meio e consistiam no grupo de origem do governador.

Assim, Aluizio Alves “abraça o moderno” sem contudo esquecer as velhas bases oligárquicas que lhe apoiaram ainda que timidamente. Era uma espécie de “modernização conservadora” (TRINDADE,2004,p.181) que estava associada às mudanças em níveis de industrialização, de infra-estrutura para o Estado, não em ideologias; nesse campo aliás, o governador mostrou-se bastante reacionário, um típico udenista.

Justina Iva analisa ainda a posição do “cavaleiro da esperança” diante da Aliança para o Progresso como sendo a de um *político receptivo* à ideologia ianque:

“capaz de colaborar na prevenção de rebeliões sociais ou **cubanização** regional e nacional. [...] desse modo, não foi tarefa das mais difíceis para ele receber o beneplácito da Aliança aos seus planos governamentais” (SILVA,1987,p.108).

A posição de Aluízio Alves junto à “Aliança par ao Progresso” apenas exprime as idéias do governador em trazer a modernização para o Estado, não importando de onde viesse o capital e também aproximando o pensamento udenista de direita com a intenção norte-americana de evitar a *cubanização* do país.

Podemos perceber que o discurso de Justina Iva baseado na análise de diferentes tipos de documentos e fontes, ao investigar o Movimento Estudantil nos revela uma outra face do governo Aluízio Alves que desde o início já se “mostrava pródigo em repressões a manifestações coletivas”. Face essa, que vem a colaborar no que diz respeito à desconstrução da imagem heroicizada do ex-governador sem contudo, negar-lhe os méritos administrativos que tiraram um pouco do atraso a infra - estrutura e a indústria do Rio Grande do Norte.



CAPÍTULO 3 – OS RELATOS COMO FONTE DE HISTÓRIA

Trabalhar com memórias é algo que requer maior sensibilidade, pois se trata de tentar entender uma outra construção sobre determinado acontecimento que muitas vezes já tem uma versão consagrada pela historiografia ou mesmo uma versão de domínio público e popular.

Segundo Michael Pollak “a despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas.”

Em seu estudo *Memória, Esquecimento, Silêncio*, Pollak trabalha as memórias nem sempre dizíveis ou por motivo particular, há um trauma em se lembrar e principalmente falar sobre certos acontecimentos, ou ainda por ir de encontro à memória oficial de caráter uniformizador e por vezes opressor.

“A dificuldade em se falar sobre esse passado não leva ao esquecimento ao contrário, “é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas”(POLLAK, 1992).

Nessa terceira parte, iremos tratar das “*memórias subterrâneas*” ou traumáticas e justamente por se tratar de um trauma, poucas publicações ousam “mexer na ferida”. Dentre as escassas obras sobre perseguição política no governo de Aluizio Alves, elegemos duas que bem retratam essa situação: “1964. Aconteceu em abril” de Maílde Pinto Galvão e “Cicatrizes” de Júlio Ribeiro da Rocha.

3.1 Maílde, a professora “subversiva”

A primeira obra *1964. Aconteceu em abril* é uma espécie de caderno de memórias da autora que na época ocupava o cargo de diretora na Diretoria de Documentação e Cultura da Prefeitura de Natal na administração de Djalma Maranhão e que logo nos primeiros dias do regime militar sentiu as dificuldades que enfrentaria para sobreviver no novo governo.

Em linhas gerais é um relato dos primeiros movimentos da ditadura militar no Brasil e em particular aqui no Rio Grande do Norte. O livro reúne além do próprio depoimento, outros relatos de pessoas que foram de alguma forma perseguidas pelo governo militar aqui personificado pelas ações do governador Aluísio Alves que solidário aos militares e visando a assegurar seu posto, criou aqui no Rio Grande do Norte uma Comissão de Investigações paralela à ação empreendida pelo regime militar.

Nem sempre é possível ir contra os acontecimentos num primeiro momento. No caso da ditadura militar ir de encontro consistia em assinar a própria sentença de morte dada a violência com eram tratados os “subversivos”. Para melhor compreendermos esse “jogo” de silêncio e “esquecimento” circunda o período da ditadura, recorremos a Michel de Certeau que esclarece:

“Antes de saber o que a história diz de uma sociedade, é necessário saber como funciona dentro dela. Esta instituição se inscreve num complexo que lhe permite apenas um tipo de produção e lhe proíbe outros” (CERTEAU,1982, p.76-77).

Segundo Maílde Galvão, para começar a escrever sobre o que se passou naquele ano de 1964, foram necessários quase trinta anos; talvez não por falta de vontade, mas por acreditar no que lhe permitia ou não o momento presente. As lembranças porém não foram esquecidas e não mais podendo se calar, é chegado o momento de reunir

“o relato de fatos ocorridos em 1964, com a pretensão de contribuir para o conhecimento da história do golpe militar no Rio Grande do Norte. [...] Por dificuldades emocionais, muitas vezes tive que interromper esta reconstituição; mas, eu vivi, sofri e sobrevivi à perseguição da ditadura. Sinto-me, pois, moralmente comprometida a tirar da escuridão as minhas lembranças reprimidas” (GALVÃO,2004,p.27).

O livro dá maior relevância à perseguição contra lideranças políticas e intelectuais, alvos da repressão por se ligarem de alguma forma ao prefeito Djalma Maranhão que era declaradamente político da esquerda nacionalista, ou por participarem de movimentos

simpatizantes das idéias contra o capitalismo e à exploração promovida no Brasil pelos Estados Unidos principalmente através da Aliança para o Progresso.

Com a deflagração da crise política no país, o prefeito Djalma Maranhão declarou a Prefeitura como “ a casa do povo onde se instala, nesta hora, o QG da luta, da legalidade e de resistência” (GALVÃO,2004,p.37).

Sendo um líder esquerdista e principalmente por ser fiel aos seus princípios, Djalma Maranhão não pode unir-se às forças que instalavam no país um regime anti-democrático, que suprimia o direito do povo. O prefeito esperava ainda manter contato com o Presidente João Goulart, a fim de prestar-lhe solidariedade e lutar contra os articuladores do golpe. Segundo Maílde Galvão, não se tinha a noção exata da gravidade dos acontecimentos: “[...] esperávamos ainda continuar aquela administração [...] nosso expediente foi , no entanto, encerrado às 17 horas, com a prisão do prefeito e do seu vice” (GALVÃO,2004,p.48).

A partir daí começa-se uma série de investigações arbitrárias, interrogatórios longos e física e psicologicamente desgastante, e de prisões infundadas. A Comissão de Investigações formada pelo governador Aluizio Alves constituída por dois policiais pernambucanos, um deles Carlos Moura de Moraes Veras com treinamento do FBI (a polícia internacional americana) e o outro, José Domingos da Silva também bastante experiente, perseguiu e torturou com métodos semelhantes aos nazistas, os subversivos da do estado.

“A Comissão de Investigações do Estado era um poder paralelo ao dos militares; prendia, torturava e encarcerava nos quartéis, multiplicando as ações de terror sobre os suspeitos de praticarem atos de subversão”(GALVÃO,2004,p.3).

As prisões eram efetuadas pelos militares de forma violenta, sem direito algum de defesa por parte das vítimas que tinham suas residências invadidas e reviradas pelos soldados que procuravam avidamente por algo que pudesse incriminar o acusado. Os livros eram o alvo preferido. Quando da sua primeira prisão no dia 8 de abril, a autora relata que apreenderam alguns livros como “Guerra e Paz” de Tolstoi, “O Diabo”, de Pappini, “O Vermelho e o Negro”, de Stendhal e “Nosso Homem em Havana” de Graham Greene. E

“insistia que eu fazia parte de uma organização terrorista que preparava uma revolução armada para implantar o comunismo no país” (GALVÃO,2004,p.61)

Maílde como professora e funcionária pública municipal da Diretoria de Cultura não estava interessada em fazer terrorismo, apesar de seu conhecimento sobre as idéias socialistas que eram divulgadas mundialmente pelos “camaradas ou companheiros” e pelos livros citados quando de sua prisão (eram obras que termos gerais se remetiam à contestação da ordem vigente de suas épocas), estava sim empolgada com a idéia de disseminar conhecimento através dos programas culturais promovidos pela Prefeitura e da Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler” direcionado principalmente às camadas mais populares. Esta campanha de educação popular surgiu na campanha política de Djalma Maranhão à Prefeitura de Natal e tinha como meta melhorar o quadro educacional da cidade e acabar com o analfabetismo que atingia quase a metade da população da capital. A campanha deu origem não somente a novas escolas, mas também permitiu a organização cultural do município. Além das escolinhas e acampamentos, foram criadas bibliotecas, praças de cultura, o Teatrinho do Povo, a Galeria de Arte, a construção de praças de esportes, etc. De tudo isso, o povo participava ativamente dando sugestões, se sentia parte desse programa que obteve um resultado fantástico: redução sensível do número de analfabetos e reconhecimento dentro e fora dos limites do Estado.

Com a instauração da ditadura militar, espalhou-se um verdadeiro clima de terror na sociedade, muitos passaram a ser perseguidos sem saber o porquê haja vista que não julgavam suas atividades subversivas ou que atentassem contra o governo. Maílde diz ainda que as situações eram tão absurdas, que se passava do terror à tragicomédia quando se procurava motivos banais e sem fundamento para se acusar alguém. Cita um soneto escrito pelo poeta Ledo Ivo que se encontrava na sua bolsa quando da sua prisão e que dizia o seguinte: “*Soneto de Abril (...) Agora que é abril e o mar se ausenta / secando-se em si mesmo, como um pranto*”. Diziam que era uma senha de guerrilheiros esquerdistas que iriam desencadear uma luta armada naquele mês. Outro motivo para ser preso, era possuir livros de capa vermelha ou com títulos que sugerissem alguma ligação com o socialismo.

Mais um aspecto importante ressaltado pela autora foi a adesão da população ao novo regime. A convocação feita pelo governador, que tinha bastante prestígio, foi prontamente atendida:

“O povo massificado atendeu, entusiasmado, a convocação do governo, cantou o Hino Nacional, aplaudiu e deslumbrou-se com as promessas de paz, progresso e salvação da pátria”(GALVÃO,2004,p.64).

Na verdade, a população comum não tinha uma noção exata do estava acontecendo no País. Estava instigada pelos articuladores do golpe (e não eram apenas os militares, mas grandes proprietários rurais, industriais e a alta sociedade civil) a se voltarem contra as idéias reformadoras e socialistas de Jango. Nesse contexto ficava difícil de não aderir à convocação de um novo governo que prometia acabar com a crise no Brasil e promover paz e prosperidade ao seu povo. Quem iria ser contra o seu País? Os militares sabendo disso, usaram os símbolos da Pátria como a Bandeira Nacional e o Hino, e usaram também símbolos da moralidade como a família e a Igreja para legitimarem a ditadura.

Em seguida, Maílde Galvão lista vários relatos de vítimas da perseguição. São intelectuais, jornalistas, médicos, estudantes, militantes políticos, funcionários públicos, etc. Todos ligados de alguma forma, mais ou menos intensa, a movimentos esquerdistas. Cita ainda o não-cumprimento e mais que isso, a falta de respeito ao cumprimento do *habeas-corpus*. O que acontecia era que ao receber o benefício, o beneficiário só usufruía poucas horas ou de apenas alguns minutos da liberdade sendo novamente detido sob o pretexto de que faltava esclarecer algumas coisas.

Diante desse quadro de intolerância, chega ao fim a primeira “leva” de prisões sendo apresentado ao governador Aluísio Alves um relatório com as conclusões das investigações sobre os subversivos. Os relatórios apresentados por Carlos Moura de Moraes Veras e Rodolfo Pereira, presidentes das comissões do Estado e do Município são extremamente extensos e repetitivos e se voltam contra o programa cultural da Prefeitura. Apresentam como crimes o fato de os acusados possuírem livros de mensagem comunista como obras de Marx, de participarem de movimentos estudantis ou de colaborarem com a campanha de alfabetização promovida pela Prefeitura.

No caso de Maílde Galvão o relatório dizia o seguinte:

“Foi a responsável pela aquisição dos livros subversivos destinados às bibliotecas que serviam ao Centro de Formação de Professores, Concha Acústica, Postos de Empréstimos das Rocas e Quintas e às Bibliotecas Ambulantes que eram distribuídas por meio de caixas aos acampamentos. Grande parte desses livros foram apreendidos pelo exército e o restante retirado das bibliotecas pelo atual diretor da Diretoria de Documentação e Cultura” (GALVÃO,2004,p.190).

Eis o crime de Maílde e de tantos outros. O que incomodava de fato era o pensar, e mais que isso, era fazer com que o povo pensasse; afinal o pensamento, a busca do conhecimento trás em si o poder da libertação, de subversão e nesse caso, todo raciocínio ofende.

Ao todo foram indiciadas oitenta e três pessoas que ficaram fichadas na 7ª Auditoria Militar do Recife pelo governador Aluízio Alves. A “Tribuna do Norte” jornal de domínio do governador noticiava as lista com as demissões dos considerados subversivos e a concessão de pensão das famílias. Segundo a autora, a pensão concedida pelo percentual do tempo de trabalho correspondia em média a 10% sobre os salários dos demitidos e era insuficiente para a sustentação das famílias o que levou a muitos saírem de sua terra natal para outras cidades e mesmo para outros países pois além de não ter emprego, a pessoa ficava “marcada” e era vítima de preconceito por parte da sociedade:

“Recém-saídos das prisões enfrentávamos preconceitos e o afastamento de muitas pessoas com as quais convivíamos. O medo, a insegurança e a covardia explicavam essas atitudes. Acostumei-me aos olhares de curiosidade e rejeição e nem sei explicar por que me sentia tão forte” (GALVÃO,2004,p.195).

A parte final do livro, Maílde Galvão dedica à memória daqueles que não sobreviveram à ditadura. Lembra as pessoas de Luís Inácio Maranhão Filho que não reapareceu depois da anistia e que apenas em 1992 se soube da sua morte ainda em 1974 no Estado de São Paulo, vítima de injeção para matar cavalo.

Luís Gonzaga dos Santos, vice- prefeito de Natal eleito com Djalma Maranhão, morreu de infarto em uma prisão do Recife enquanto cumpria pena de um ano de reclusão, por condenação da IV Auditoria Militar.

Djalma Maranhão, primeiro prefeito eleito de Natal, político de esquerda simpatizante das idéias de reforma de João Goulart (Jango, Presidente da República deposto pelos militares em 1964), fez uma administração voltada para a alfabetização do povo, promovia campanhas educativas sem o dinheiro estrangeiro; seu lema era ESCOLA BRASILEIRA COM DINHEIRO BRASILEIRO. Morreu exilado em Montevideu no Uruguai em 30 de julho de 1971. Segundo alguns depoimentos, Djalma Maranhão morreu principalmente de saudades de Natal.

1964. Aconteceu em abril é um relato corajoso. Expõe marcas ainda recentes de nossa história principalmente quando vai de encontro à historiografia oficial do Rio Grande do Norte que ainda persiste em esconder ou disfarçar as lembranças incômodas do regime militar no Brasil.

“Fomos todos muito magoados e ofendidos em 1964. Perdemos mais do que dizemos ter perdido. Vivemos uma incrível experiência do conhecimento humano; vimos o bem e o mal sem limites e conhecemos também, a solidariedade humana em gestos de maior grandeza” (MAÍLDE PINTO GALVÃO).

3.2 O policial como vítima de repressão

A segunda obra que elegemos para o estudo, intitula-se *Cicatrizes* de autoria de Júlio Ribeiro da Rocha, que hoje se encontra na reserva da Polícia Militar do Rio Grande do Norte. O livro retrata fatos que marcaram a história da Polícia Militar e de modo particular a vida do autor vítima da perseguição promovida pelo governador Aluizio Alves antes mesmo da instauração do regime militar. É um depoimento das expectativas não apenas do senhor Júlio Ribeiro, mas também de toda a corporação e mais especificamente dos sargentos da Polícia Militar em torno das promessas feitas pelo então candidato das esperanças, e a frustração com a sua administração, a luta por melhores condições de

trabalho, todo processo de reivindicações que terminou com a greve dos policiais militares em 1963, e com as punições aplicadas aos líderes da greve.

O que chama atenção é o fato de o governador já usar de repressão e entenda-se aqui repressão “como o ato ou efeito de reprimir. Portanto, tudo aquilo que visa sustar ou conter uma ação ou movimento, que visa frear algo ou alguém que contraria a dita **ordem social**” (SILVA,1987,p.279), aos movimentos populares antes mesmo da instauração do regime militar em abril de 1964. Outro trabalho que vem corroborar com o estudo sobre o lado autoritário do governo Aluizio Alves, é o livro “Lendo e Aprendendo” de José Willington Germano onde o autor analisa com detalhes o grau de repressão desencadeada pela administração Aluizio Alves. Nos diz que o governador era “pródigo em repressões a manifestações coletivas”, incluindo-se aí os estudantes, os trabalhadores da construção civil e a Polícia Militar que é o tema da segunda obra em análise nesse terceiro capítulo.

Tal como Maílde Pinto Galvão, autora de “1964. Aconteceu em abril”, o senhor Júlio Ribeiro escreveu esse livro para não permitir que se percam as lembranças de um período tão conturbado e tão dolorido para aqueles que sofreram algum tipo de perseguição por parte do governo de Aluizio Alves:

“Ao escrever esta obra tenho a pretensão de refrescar a memória dos adultos e dos adolescentes daquela época. Quero fazer chegar ao conhecimento desta juventude de hoje, que naquela época estava engatinhando, uma história que não poderá ser esquecida pelos potiguares” (ROCHA,1982,p.8).

Júlio Ribeiro inicia suas memórias antes mesmo da eleição de Aluizio Alves, começando pelo auge das campanhas em setembro de 1960, enfatizando a fantástica e nunca vista campanha política de Aluizio Alves. Além de se dirigir ao povo numa linguagem simples, o que aliás o aproximava da “*gentinha*” (que era como o candidato se dirigia ao eleitorado), Aluizio intitulava-se o candidato das esperanças do povo norte-riograndense; prometia transformar e modernizar o Estado conforme as idéias vigentes nos anos 1960, idéias essas que se iniciaram um pouco antes com o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) que faria 50 anos em 5, atraindo investimentos estrangeiros e pretendendo gerar melhorias para o povo.

Segundo o autor, grande era a expectativa dos trabalhadores e em especial a dos sargentos da Polícia Militar, que ansiavam juntamente com toda a população por melhores tempos.

Tendo ganhado a eleição por expressiva maioria e já empossado, o governador mostrou-se indiferente diante das necessidades do povo. Júlio Ribeiro nos fala das dificuldades enfrentadas pela Polícia Militar, sendo a pior delas a fome:

“A Polícia Militar estava mergulhada na sarjeta. A situação era a cada passo mais crítica; o rancho vivia os seus piores dias sem condições financeiras para alimentar a tropa esfomeada.[...] Cansados pelas apertadas escalas de serviço e a má alimentação, diversos soldados sofriam síncope em formaturas no Quartel ou mesmo em plena via pública” (ROCHA, 1982,p.19).

O Estado sofria grandes dificuldades financeiras, dificuldades estas que foram iniciadas por Aluizio Alves mesmo antes de sua eleição visto que fizera “um apelo ao comércio e à indústria para não recolherem os seus impostos devidos ao Estado, pois só o fizessem quando ele assumisse o governo” (ROCHA,1982,p.10). Para piorar, um dos primeiros atos do governador foi derrubar o aumento de quatro cruzeiros dado pelo seu antecessor, Dinarte Mariz, dando em troca um abono de emergência de um cruzeiro em forma de crédito para a cantina da Polícia Militar, “numa caderneta verde para a Polícia Militar e cor de terra para os funcionários civis. Quem não utilizasse a caderneta para a cantina, conseqüentemente, não fazia jus ao dito abono” (ROCHA,1982,p.16)

Em meio a tantas dificuldades foi fundado um grupo dentro da corporação apoiado pela assistente social Maria das Dores Costa que ficou conhecido como grupo renovador encarregado de se aproximar do Comandante da Polícia Militar, o Coronel Luciano Veras Saldanha - que nomeado para tal função por Aluizio Alves, começou a perder o prestígio ante a corporação principalmente com os Sargentos que lhe apoiaram incondicionalmente durante a campanha do governador eleito – para que levasse até Aluizio Alves suas reivindicações; em geral um busca por um tratamento salarial mais justo que recebia como resposta o seguinte refrão: “Falei com Aluizio, ele disse-me que vai estudar”. O problema era que esse estudo nunca era iniciado. Ficava apenas na base da “esperança”.

Rocha nos informa que o grupo renovador era formado pelo Tenente José Freire Sobrinho, Sargentos Gil Xavier de Lucena, José Néri Sobrinho, Fernando Dantas Ferreira, José Eustáquio de Moraes, o autor e alguns soldados. São esses que posteriormente liderariam a greve de 1963.

Dado o agravamento da crise entre os policiais, resolveu a Diretoria do Clube dos Sargentos convocar uma Assembléia Geral Extraordinária, a fim de ser concluído um documento, uma espécie de memorial no qual os policiais militares faziam um resumo da situação da Polícia e suas reivindicações. Até aí sem novidades pois esse procedimento já havia sido realizado diversas vezes sem sucesso. O que diferenciava a ação dessa vez era o modo de agir após a entrega do memorial ao Coronel Luciano e desse ao governador Aluizio Alves: a Assembléia iria decidir se entregava o documento e continuaria a vida normalmente ou se parariam as atividades no Quartel. Colocada em votação, a última opção foi acatada por unanimidade. Segundo Júlio Ribeiro, a greve transcorreu em clima de muito respeito e civilidade e para atestar tal fato, nos diz que todas as armas foram devidamente limpas e guardadas no depósito da armas do Quartel.

O movimento pegou tanto a população quanto o governo de surpresa. Aluizio Alves tentou ganhar a confiança dos grevistas como costumava fazê-lo: com palavras de esperança. Os policiais porém, mostraram-se irredutíveis e exigiam um aumento de 100% nos salários imediatamente.

Como não conseguiu dobrar o movimento usando seu carisma, o governador apelou para que o autor chama de “atitude insensata”:



“É difícil. Muito difícil mesmo de se acreditar que Aluizio não tivesse a sensibilidade, nem tão pouco a capacidade de analisar as conseqüências que poderiam causar qualquer atitude insensata de sua parte. Ele percebeu que seu prestígio político caminhava para o ponto zero com as crescentes manifestações populares, cada vez mais fiéis ao movimento reivindicatório da Polícia Militar. Ele, ainda assim, não teve o dom de perceber que qualquer atitude precipitada de sua parte traria grandes males para a Polícia Militar e o próprio povo. Deixou-se, entretanto, ser possesso do demônio do ódio e da vingança ao mandar um telegrama ao doutor Abelardo Jurema, então Ministro da Justiça, em cujo telegrama dizia que os

Sargentos da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, sublevados pela política partidária, todos bem armados com seus soldados, estavam em greve atemorizando a população de Natal, inclusive ameaçando de depor o seu governo” (ROCHA, 1982,p.37).

Diante do quadro apresentado pelo mais alto representante do executivo estadual, o senhor Ministro da Justiça enviou a seguinte ordem:

“O Ministro enviou expediente ao Ministro da Guerra contendo severas ordens para bombardear o Quartel da Polícia Militar e em seguida tomá-lo, por Forças Federais. Ele chegava aonde Aluizio queria Chegar, que era o massacre total de toda a P.M” (ROCHA,1982,p.38).

E assim o Quartel da Polícia Militar do Rio Grande do Norte foi cercado pelas tropas do Exército e na manhã do que seria o quarto dia de greve, foi lido o ultimato do senhor Ministro da Guerra:

“DE ORDEM DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DA GUERRA, DEVEIS DEIXAR O VOSSO QUARTEL E ENTRAR EM FORMA , COLUNA POR SEIS, FRENTE AO PORTÃO PRINCIPAL, FRENTE VOLTADA PARA A IGREJA SANTA TEREZINHA, NA AV. RODRIGUES ALVES.RENDAM-SE INCONDICIONALMENTE. NO CASO DE RESISTÊNCIA, VOSSO QUARTEL SERÁ BOMBARDEADO E EM SEGUIDA TOMADO DE ASSALTO” (ROCHA,1982,p.41).

Sem alternativa, os policiais renderam-se e findando a greve da Polícia Militar de 1963. Foram presos por ordem do Palácio da Esperança todos os líderes do movimento e mais os seus colaboradores, entre eles os membros do grupo renovador.

Segundo o autor, diante da não-resistência e da situação de ordem encontrada no Quartel pelo Comando de Ocupação:

“ficou bem claro que as Forças Armadas tinham sido vítimas de uma grande farsa, cujo protagonista fora o governador Aluizio Alves. Ficou provado e bem evidenciada a mentira de Aluizio. Ficou constatado que seu telegrama estava manchado com o ódio e a perseguição, com notícias sem procedência” (ROCHA, 1982,p.47).

Para Júlio Ribeiro mesmo com o fim da greve, a conclusão dos inquéritos e as punições aplicadas (alguns policiais foram expulsos da corporação, outros foram presos e outros foram transferidos para outras cidades), Aluizio Alves continuou com suas perseguições, sendo vítima o autor que foi transferido para Macau aqui no Rio Grande do Norte onde ficou doente; retornando a Natal para tratamento médico. Nesse meio tempo, ocorreu o golpe que instaurou a ditadura militar no Brasil. Aluizio Alves agora com o respaldo dos militares, tornou-se ainda mais arbitrários em seus atos, transferindo Júlio Ribeiro para Olho D'Água do Borges, cidade situada entre as cidades de Patu e Umarizal, no interior do Rio Grande do Norte. O detalhe é que o senhor Júlio não poderia ser transferido, pois se encontrava de licença médica, porém seu direito não foi respeitado. Cada vez mais doente, conseguiu sua transferência para o Comando Geral da capital, “tudo feito debaixo de sete capas para que Aluizio não tomasse conhecimento”. O autor termina seu livro com o depoimento do Major da Polícia Militar RR José freire Sobrinho, que em represália à sua participação no movimento grevista de 1963, não passava mais de seis meses em uma cidade, sendo transferido com forme a vontade do governador até o fim de seu mandato. Isto evitava que os funcionários “criassem raízes” no local, fizessem amizades que poderiam culminar em movimentos contra o governo liderados pelos policiais ou ainda influenciados por estes.

O mais instigante é que as punições aplicadas aos policiais não eram por serem eles disseminadores de uma ideologia contrária à ordem vigente, de fazerem o povo pensar ou de promoverem atos de terrorismo (como no caso da acusação feita a Maílde Galvão) . Os policiais são condenados por lutarem por um direito legítimo, o direito de sustentarem com dignidade a si e às suas famílias. O movimento grevista da Polícia Militar não teve um cunho idealista nem muito menos desmoralizador do governo Aluizio Alves (como quis fazer parecer o governador). Lutavam por melhores salários, lutavam para continuarem defendendo o governo, por exemplo, dispersando ações populares como o trote dos

estudantes universitários que criticavam a administração Alves. Aqueles que seriam agentes do autoritarismo e da repressão, se viram vítimas daquilo que seria sua função. Não puderam fugir às arbitrariedades do governo, que “sendo pródigo em repressões a manifestações coletivas”, não deixaria sair como vencedores os agentes da subversão, era preciso dar o exemplo...

CONCLUSÕES

Trabalhar o governo Aluizio Alves sob o enfoque historiográfico mais especificamente baseado em obras diferentes do que normalmente o assunto se apresenta é, sem dúvida, descobrir novos primas de um governo tão importante para a História do Rio Grande do Norte seja por seu caráter inovador (modernizante), ou por seu lado contraditório (repressor).

Conclui-se assim, que a administração Alves não fugiu ao contexto dos anos 1960: foi populista ao passo que propunha uma “modernização conservadora” baseada nas velhas idéias oligárquicas porém em moldes mais modernos. Em suma, mudava-se a forma, não o conteúdo; foi palco do acirramento das tensões entre direita e esquerda que aconteciam no Brasil, com o rompimento entre Aluizio Alves e sua base de apoio esquerdista que tinha entre outras lideranças, o prefeito Djalma Maranhão que simpatizante das idéias de João Goulart e articulador de uma grande campanha contra o analfabetismo em Natal (De Pé no Chão Também se Aprende a Ler), foi deposto do cargo quando os militares assumiram o Brasil em 1964, posteriormente foi preso e exilado no Uruguai aonde viera a falecer. O governo Alves ainda dentro do contexto dos anos 60, foi importante colaborador do golpe de Estado, o que lhe garantiu o término do seu mandato (1965), e que mais tarde, paradoxalmente, devido à sua liderança populista, cassou seu mandato de deputado em 1969.

A pesquisa identificou três tipos gerais na construção dos discursos referentes ao governo de Aluizio Alves: o didático, o acadêmico e o discurso a partir de relatos. Essas narrativas ajudam a formar uma imagem do governador e sob o enfoque da análise historiográfica entendemos a sua “função”.

Os autores do discurso didático têm um objetivo ao produzirem sua obra: é levar a informação da forma mais clara possível sem que para isso, se recorra a uma análise profunda do assunto em questão. Diferente do enfoque acadêmico que visa a uma análise minuciosa no caso, do movimento estudantil no Rio Grande do Norte, e que para tal, recorre a um estudo mais profundo dos acontecimentos daquela época específica. No caso das obras baseadas nos relatos das vítimas, a “função” do discurso é não permitir que se

esqueçam os acontecimentos, e mais que isso, é fazer chegar ao conhecimento comum as experiências dessas pessoas que vivenciaram o lado mais obscuro do governo Aluízio Alves.

Em todos os discursos reconhece-se a importância para a historiografia norteriograndense, sua colaboração como obras que visam a suprir a deficiência de textos sobre o assunto. A novidade se dá mais precisamente no discurso construído pelos relatos das vítimas de perseguição política; são essas narrativas que, corajosamente, vão de encontro à historiografia oficial, desconstruindo um discurso repetido por várias décadas que heroiciza a imagem do governador e relega à desconfiança as experiências daqueles que foram reprimidos pelo governo Alves.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: Especialidades e Abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1982. cap. 2, p. 65-106.
- FALCON, Francisco. **História e Poder**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FREITAS, Marcos Cezar de. (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. Marcos Cezar de Freitas. São Paulo: Contexto, 1998.
- GALVÃO, Maílde Pinto. **1964. Aconteceu em abril**. 2. ed. Natal: EDUFRN, 2004.
- GERMANO, José Willington. **Lendo e Aprendendo: a campanha de pé no chão**. São Paulo: Cortez, 1991.
- GÓES, Moacyr de. (org.). **2 livros de Djalma Maranhão no Exílio**. Natal: Artprint, 1999.
- GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- LIMA, José Ayrton de. **A história das campanhas populares no Rio Grande do Norte**. Natal: Cooperativa dos Jornalistas de Natal, 1987.
- LYRA, Carlos. **Memória viva de Aluizio Alves**. 2. ed. Natal: EDUFRN, 1997.
- MARIZ, Marlene da Silva; SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. **História do Rio Grande do Norte contemporâneo (1934-1990)**. Natal: CDF Gráfica e Editora, 2001.
- POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento e silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.
- ROCHA, Júlio Ribeiro da. **Cicatrizes**. Natal, 1982.
- SILVA, Justina Iva de Araújo. **Estudantes e Política: estudo de um movimento (RN 1960-1969)**. São Paulo: Cortez, 1989.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. **Aluízio Alves: Populismo e Modernização no Rio Grande do Norte**. Natal: Sebo Vermelho, 2004.

_____. ALBUQUERQUE, Geraldo José de. **Subsídios para o Estudo da História do Rio Grande do Norte**. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2001.

_____. **Uma síntese da Abertura Política no Rio Grande do Norte**. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1997.

WEFFORT, Francisco Correia. **O Populismo na Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.